

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.410.209 - RJ (2018/0320650-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **AMA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA**
ADVOGADO : **MONIQUE VIEIRA ALCANTARA COSTA E OUTRO(S) -**
RJ122814
AGRAVADO : **MIGUEL ANGELO DE ALVARENGA NEVES**
ADVOGADO : **PAULO HENRIQUE DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS E**
OUTRO(S) - RJ121773

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, INCISO III, DO CPC/2015. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que inadmitiu recurso especial.

É o breve relatório. Passo a decidir.

O presente recurso não merece ser conhecido em virtude da ausência de impugnação aos fundamentos da decisão agravada.

Com efeito, o recurso especial foi inadmitido em razão da incidência da Súmula 07/STJ, pois, segundo a decisão, o recorrente pretende revisar a matéria de fato atinente às provas produzidas nos autos, como a regularidade do parecer técnico emitido pelo IBAMA.

Nas razões do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 581-586), verifica-se que a parte agravante não demonstrou a inadequação dos fundamentos utilizados pelo Tribunal de origem para inadmitir o recurso especial, deixando de impugnar de forma específica a incidência do óbice da Súmula 07 deste Tribunal.

Limitou-se, entretanto, a tecer alegações meramente genéricas e a alegar a violação ao suposto artigo violado, abstendo-se, assim, de impugnar, de forma

específica e suficiente, os referidos fundamentos no caso concreto, conforme se extrai do referido agravo:

4. A r. sentença, confirmada pelo v. acórdão, que condenou o Recorrente a reparar os supostos danos ambientais causados na área objeto da ação, foi fundamentada em parecer técnico, que não preencheu os requisitos necessários a revesti-lo de legalidade, legitimidade e veracidade, na forma da Lei 9.784/99, infringindo, desta forma, o artigo 2º, que dispõe: [...] 14. Assim sendo, não restam dúvidas, a violação ao artigo citado, vez que não foi concedido ao Agravante o direito ao contraditório e ampla defesa, devendo a decisão que inadmitiu o recurso deverá ser modificada, para receber o Recurso Especial. (e-STJ, fls.582-586)

Saliente-se, nesse passo, que alegações genéricas são insuficientes para a efetiva impugnação da decisão que inadmitiu o recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015 (ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CPC/1973).

1. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (arts. 932, III, do CPC/2015 e 544, § 4º, inciso I, do CPC/1973). 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 906.849/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 16/09/2016) - g.n.

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC. 2. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Cabe ao agravante, nas razões do agravo, trazer argumentos suficientes para contestar a decisão de inadmissibilidade do recurso especial proferida pelo Tribunal de origem. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão agravada enseja o não conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, do CPC.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp

821.544/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 06/06/2016) - g.n.

Por fim, considerando que o presente recurso foi interposto na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciado administrativo nº 7/STJ), arbitro os honorários recursais em R\$ 500,00 (quinhentos reais), a serem suportados exclusivamente pela parte recorrente, em acréscimo àqueles da sucumbência do caso, nos termos do § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015.

Ante o exposto, com base no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial.

Advirto que a apresentação de incidentes protelatórios poderá dar azo à aplicação de multa (arts. 77, II c/c 1.021, § 4º, do CPC/15).

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator